

Giovanni Arrighi: *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*¹

Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e Cruz
UniCEUB (Centro de Ensino Unificado de Brasília,
Brasil)

Em 19 Janeiro de 2011 o encontro histórico do líder chinês, em solo estadunidense, com Barack Obama indicou o sinal dos novos tempos. No dia 14 de Fevereiro foi propalada a notícia de que a China ultrapassou o Japão e se tornou a 2ª maior economia do mundo, ao alcançar seis trilhões de dólares no seu produto interno bruto. É incontroverso, pois, que a China desponta como potência mundial e lidera o renascimento econômico oriental. Este desempenho adquirido pelos chineses interfere, de maneira decisiva, nas relações com os demais países, e ressoa, nomeadamente, no modo de entender a economia mundial. Neste contexto, para raciocinar sobre este tema, não se pode avançar em análises geoeconômicas negligenciando sobre os seus reflexos na órbita do principal ator econômico global: os Estados Unidos. A ascensão chinesa e as repercussões internacionais que dela emanam, primordialmente em terras estadunidenses, são os condutores do livro do sociólogo italiano Giovanni Arrighi *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*.

Numa continuação de suas duas últimas publicações (*O longo Século XX e Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*) Arrighi estabelece como dois os objetivos do texto: interpretar «a luz da teoria de desenvolvimento econômico de Adam Smith a atual transferência do epicentro da economia política global da América do Norte para a Ásia oriental» e incluir as lições de *A riqueza das nações* nas reflexões sobre a citada transferência. Alicerçado, portanto, na releitura das teorias smithianas e marxistas, o Autor analisa a evolução socioeconômica chinesa ao largo dos últimos séculos e a compara com o modelo adotado na Europa e nos Estados Unidos. Propugna, neste sentido, um reestudo de *A riqueza das nações* para instigar o leitor a meditar sobre as previsões feitas no livro ao concluir que pode ser hodiernamente factível uma sociedade mundial de mercado com base em uma maior igualdade entre as

¹ São Paulo: Boitempo, trad. Beatriz Medina, 2008 . Nº de páginas: 448.

civilizações e uma equalização de poder entre o Ocidente conquistador e os demais «conquistados».

Para sustentar a tese de que o fracasso do Projeto para o Novo Século Norte Americano (como reação aos acontecimentos de 11 de setembro de 2001) e o sucesso do desenvolvimento econômico chinês potencializam a probabilidade da concretização da idéia de igualdade mercadológica de Smith, Arrighi divide o livro em quatro partes, as quais, cada uma, contém três capítulos.

A primeira, *Adam Smith e a nova época asiática*, é introdutória e mais teórica. Avalia-se a teoria de desenvolvimento econômico de Smith para a compreensão do próprio título de seu livro. O Autor reestrutura a teoria smithiana e a coteja com as teorias de Marx e Schumpeter, para opinar que Smith não era defensor, tampouco teórico, do modelo de desenvolvimento econômico capitalista e que sua teoria de mercados, como instrumentos de domínio, é especialmente transcendente para que se entendam as economias de mercado não capitalistas. Defende que o sucesso chinês se deve, entre outros fatores, por não ter abandonado o gradualismo econômico («curso natural das coisas») em favor das «terapias de choque» estadunidenses, e alerta que a adoção da reforma econômica da China encampou um discurso socialista, mas com corpo capitalista, haja vista que, atualmente, as empresas privadas se tornam a base de sua economia. Ao criar a expressão «marxismo neosmithiano» Arrighi se refere ao filósofo marxista Mario Tronti que no seu artigo “Marx em Detroit” advoga que a formação de partidos social-democratas, de inspiração marxista, não transformou a Europa no epicentro da luta de classes. Entretanto, adverte que foi em terras ianques, onde a influência de Marx foi mínima, o local onde os trabalhadores conseguiram forçar o capital a se reestruturar para acomodar as exigências de salários mais altos. Observa, pois, que na Europa, Marx vivia ideologicamente, mas nos Estados Unidos suas ideias influíram objetivamente nas relações entre capital e trabalho.

Neste contexto, comenta que após serem ou não absorvidas pelos países do centro, a difusão ideológica marxista se deslocou para os chamados periféricos, como China, Vietnã, Cuba e as colônias africanas de Portugal. Todavia, nestes, indica que a *realidade social* pouco ou nada tinha em comum com a teorizada em *O Capital*. Por isso, frisa que o marxismo de Fidel Castro, Amílcar Cabral, Ho Chi Minh e Mao Tse Tung se apartava diametralmente da teoria do capital de Karl Marx. Arrighi cita Robert Brenner, quem escreveu um artigo no qual se extrai que dois principais motivos arrefeceram a previsão de desenvolvimento capitalista generalizado: (i) não houve ativação e manutenção da competição que forçaria os organizadores da produção a cortar os custos e maximizar o lucro por meio da especialização e das inovações; (ii) tampouco os produtores diretos perderam o controle dos meios de produção, o que ativaria e manteria a competição que os obrigaria a vender sua força de trabalho aos organizadores

da produção. De fato, somente em alguns países a história da luta de classes criou as duas mencionadas condições necessárias. Brenner, neste sentido, busca a teoria smithiana de *A riqueza das nações*, onde se colhe que a riqueza de um país se descobre com a especialização das tarefas produtivas decorrente da divisão de trabalho entre as unidades produtivas, cujo grau é determinado, decisivamente, pelo tamanho do mercado. Tendo isto em consideração, conclui-se que o processo de desenvolvimento econômico tem seu impulso com a expansão do mercado. Despiciendo, portanto, o fato de quem organiza a produção perde ou não a capacidade de reproduzir e se os produtores diretos perderam ou não o controle dos meios de produção. Arrighi refuta, de certo modo, a aludida caracterização, mas a confere relevância pela importância da distinção entre o desenvolvimento da economia de mercado e o desenvolvimento capitalista propriamente dito. Justifica, então, que apesar da disseminação das forças de mercado na busca do lucro, a natureza do desenvolvimento da China não é necessariamente capitalista.

Nesta linha de pensamento, se argumenta que há, inegavelmente, uma diferença histórica mundial entre os processos de formação de mercado e os processos de desenvolvimento capitalista. O processo de aprimoramento econômico anterior à Revolução Industrial tinha como motor os ganhos de produtividade que acompanhavam a divisão do trabalho, cada vez maior e mais profunda, limitada pela extensão espacial e pelo ambiente institucional do mercado. Quando se atinge este limite, a economia deságua na denominada «armadilha de equilíbrio de alto nível». A Europa se desvencilhou desta por meio da Revolução Industrial (com as conseqüentes inovações tecnológicas). A «fuga» européia da aludida armadilha foi precedida por «fugas» anteriores, realizadas com grandes reorganizações dos centros e das redes do capitalismo europeu. Esta «saída» foi observada tanto por Smith como por Marx, que destacaram a principal diferença do caminho europeu: sua extroversão, seu investimento no comércio exterior. A riqueza e o poder da burguesia européia não tiveram sua gênese na agricultura, mas no comércio exterior de longa distância. Somente depois a indústria tomou corpo e se tornou a base da economia européia, como no exemplo inglês. Citando a Fernand Braudel, Arrighi concorda que o capitalismo europeu, pautado na extroversão, apenas triunfa quando identificado com o Estado, que, via de conseqüência, buscava viabilizar as condições econômicas para este desenvolvimento, ademais de assegurá-lo pelo poderio beligerante militar. Já desde a sua primeira fase, em Veneza, Gênova e Florença, os capitalistas têm maior poder de impor seu interesse de classe à custa do interesse nacional, e transformam os governos em comitês de gerenciamento dos negócios da burguesia. Na Holanda do século xvii, a aristocracia dos Regentes governava a favor dos negociantes, mercadores e emprestadores de dinheiro. Na Inglaterra, a Revolução Gloriosa corroborou a ascensão dos negócios à

realeza. A acumulação de capital e de poder no contexto do comércio exógeno, guarnecidos pelo Estado, define o caminho europeu de desenvolvimento «capitalista».

Na China não. O caminho de desenvolvimento oriental era baseado no mercado, mas não portava a «dinâmica capitalista». A expansão econômica chinesa criou o excedente de mão de obra e a escassez de capital. Soma-se, ainda, a nominada «Grande Divergência», conceituada como as diferenças no suprimento de recursos e nas relações centro-periferia, é dizer, a Europa era municada pelas Américas de forma substancialmente mais volumosa de produtos primários e de demanda de manufaturados do que as regiões da Ásia oriental poderiam obter de suas «periferias». No Oriente, o Autor correlaciona o conceito de *Revolução Industrial*, que tem como pano de fundo o fim da servidão do campesinato no século XVII, o fortalecimento da agricultura familiar, o aumento populacional e a escassez crescente de terra arável, fatores que conjugados contribuíram para o surgimento de um modo de produção que contava intensamente com o investimento em mão de obra. Em que pese os camponeses trabalhem mais, sua renda também aumentou, o que potencializou a valorização e o desenvolvimento de uma ética em torno do trabalho. Este contexto criou um caminho tecnológico e institucional que teve papel cardinal na resposta do Oriente aos desafios e às oportunidades gerados pela Revolução Industrial ocidental. A diferença, pois, entre este tipo de desenvolvimento econômico e o desenvolvimento adotado no ocidente era que o asiático mobilizava recursos humanos em vez de não humanos. Por esta razão, Arrighi esclarece que Sugihara outorgou o nome de «caminho desenvolvimentista híbrido» de industrialização intensiva em mão de obra, porque absorvia e utilizava mão de obra de modo mais completo e dependia menos da substituição da mão de obra por maquinaria e capital do que o ocidente.

Deste modo, o ressurgimento econômico oriental se relaciona com a convergência entre a opção ocidental de uso intensivo de capital e de elevado consumo de energia, e o modelo asiático, que faz uso intensivo de mão de obra e poupa energia. A Revolução Industrial implantou no ocidente o «milagre da produção» e expandiu a capacidade produtiva de um restrito grupo de países. A Revolução *Industrial* introduziu no oriente o «milagre da distribuição» e criou a difusão dos benefícios deste milagre para a vasta maioria da população mundial.

Nesta linha de pensamento, o Autor, ao se referir às três grandes ordens originais e constituintes de toda sociedade civilizada —os que vivem de renda, os que vivem de salário e os que vivem de lucro— desmistifica mitos relacionados à teoria de Smith. Em seu juízo, os escritos smithianos pregavam a existência de um Estado forte para criar e reproduzir as condições de existência do mercado e não defender a sua «autorregulação»; usar o mercado como

instrumento eficaz de governo; regulamentar seu funcionamento; e intervir, de modo incisivo, para retificar ou aplainar resultados (social ou politicamente) indesejáveis. Segundo este raciocínio, Smith exortava o legislador a regular o mercado para dar proteção contra ameaças internas e externas à segurança dos indivíduos e do Estado, ofertar justiça, fomentar a infraestrutura física adequada para desenvolver o comércio e as comunicações, regulamentar a moeda e o crédito, e educar seus administrados para equilibrar o efeito negativo da divisão do trabalho sobre sua qualidade intelectual. Por isso, Arrighi avalia que Smith não propugnou a típica teoria liberal do século XIX de um governo minimalista e do mercado autorregulado ou do poder profílató das «terapias de choque» propaladas pelo Consenso de Washington no fim do século XX. Smith, portanto, no sentir de Arrighi, defende a intervenção do Estado para que o legislador contraponha o interesse dos que vivem de lucro, que pode, com certeza, chocar com o interesse social geral. Smith aconselha, pois, que o legislador compense o poder de mercadores e fabricantes fazendo-os competir entre si e baixar preços e lucros para o fito de expandir a economia.

Neste cenário, Smith, na interpretação do Autor, concebe o desenvolvimento econômico como o preenchimento com pessoas e capital físico («patrimônio») de um recipiente espacial («país»), que engloba um volume de recursos naturais e é configurado internamente e restringido externamente por leis e instituições. Quando o país tem capital de menos e tem déficit populacional, há grande potencial *progressista* de crescimento econômico. Quando o país tem capital total e está totalmente povoado, o potencial de crescimento tende a ser *estacionário*. Mais um motivo para que, nas palavras de Arrighi, a teoria smithiana impulse a atividade do Estado para desenvolver o tino progressista ou alterar a posição estacionária da economia de mercado.

O Autor relembra que Smith, portanto, se refere à China no fim do período imperial como exemplo de desenvolvimento com base no mercado e aponta seu limite. A tese smithiana destaca que o maior desenvolvimento chinês no comércio exterior poderia aumentar ainda mais a riqueza da China. Em que pese esta desvantagem, Smith estimava que a China, mais que a Europa, possuía o modelo de desenvolvimento econômico («curso natural das coisas») com base no mercado mais aconselhável a ser promovido. Por isso, o Autor comenta o escrito por Wong, Frank e Pomeranz que perceberam a incoerência entre a ideologia ocidental do livre mercado e a maior relevância factual da China no fim do período imperial para o teorizado em *A riqueza das nações*, daí se retira o instigante título: *Adam Smith em Pequim*.

Na segunda parte, *Rastreamento da turbulência global*, o Autor utiliza a teoria smithiana para acompanhar a instabilidade global. Faz um paralelo da retração de 1873–1896, período que teve como protagonista a Grã Bretanha e que David Landes identificou como a «deflação mais drástica da memória

humana», e a chamada «estagnação persistente» (Brenner) de 1973–1993, época em que a principal atriz foi a economia estadunidense.

Na retração do século XIX a justificativa se circundou na competição entre os agentes da acumulação de capital europeus, o que se denominou de «luta económica» pela «guerra de preços», cumulados com a rápida expansão da produção, ocasionando a diminuição do lucro e a conseqüente «deflação mais drástica». Os governos se tornaram defensores ativos da indústria nacional, com políticas voltadas para o protecionismo e mercantilismo, potencializando a construção de impérios coloniais ultramarinhos. Esta propensão proporcionou a corrida armamentista entre as potências capitalistas em ascensão, tendo como maior beneficiário da recuperação da economia (1896–1914) a Grã Bretanha. Enquanto sua supremacia industrial arrefecia, o sistema financeiro despontava, junto com os serviços de transporte, representação comercial, corretagem de seguros e intermediação no sistema mundial de pagamentos, período apelidado de *belle époque*. Esta época termina com a superveniência das duas Grandes Guerras e com o colapso econômico global da década de 1930.

Ao iniciar a comparação deste (1873–1914) com o outro período (1973–1995), Arrighi aponta como motivo da estagnação persistente de 1973 o chamado «desenvolvimento desigual», que teve como origem o *boom* das décadas de 1950 e 1960 (Brenner), momento em que houve um círculo virtuoso de lucro elevado, altos investimentos e aumento da produtividade, e como estação terminal o alcance dos retardatários às economias dominantes na década de 1970, resultando no excesso da capacidade produtiva mundial e a conseqüente pressão de baixa sobre a margem de lucro (1965–1973). Neste contexto, Arrighi responsabiliza as empresas e os governos capitalistas pelo fracasso em restaurar o nível anterior de lucratividade, com a eliminação da capacidade excedente. O Autor, então, diferencia os dois períodos de retração (1873–1896/1973–1993) com o argumento de que na década de 1970 os governos dos principais países capitalistas, mormente os Estados Unidos, utilizaram-se da desvalorização e revalorização da moeda como modo de «luta competitiva», citando como exemplos a revolução monetarista de Reagan e Thatcher em 1979/1980 (que inverteu a desvalorização do dólar americano na década de 1970), o Acordo de Plaza de 1985 (que retomou a desvalorização do dólar) e o «Acordo de Plaza invertido» de 1995 (que mais uma vez reverteu a desvalorização).

É interessante notar que este livro antecedeu a crise econômica mundial de 2008, fato que talvez parecesse estar previsto por Arrighi. Esta intuição está presente no texto, pois ao fazer referência à crise de 1930, o Autor aduz que «esse colapso é a única ocorrência, nos últimos 150 anos, que corresponde à imagem que Brenner faz do abalo do sistema com um todo ou <depressão completa>. Se esse é realmente o significado da imagem de Brenner, devemos

concluir que tal crise parece ter sido uma ocorrência excepcional, e não é o método capitalista <padrão> ou <natural> para recuperar a lucratividade» e, na seqüência, indaga «Cabe perguntar, então, se não estará em formação um colapso comparável, e se essa ocorrência é condição tão fundamental para a revitalização da economia global quanto Brenner parece pensar²». O Autor, ainda na linha comparativa, observa que a retração mais antiga (1873–1896) ocorreu no meio da última e maior onda de conquistas territoriais (colonização do Sul pelo Norte), e que a retração mais recente (1976–1993) se desenvolveu na oportunidade de maior descolonização da história mundial (também no contexto do desenvolvimento desigual).

A gênese desta turbulência, ao seu juízo, foi a acumulação excessiva de capital em um contexto mundial de mercado revoltado com as práticas comerciais do Ocidente. Esta insurreição gerou a primeira crise hegemônica dos Estados Unidos no fim da década de 1960 e início da de 1970. A ação estadunidense foi competir, de modo combativo, pelo capital no mercado financeiro global e intensificar a corrida armamentista contra sua opositora, União Soviética, na década de 1980. Apesar do êxito político e econômico, esta postura norte-americana criou laços de dependência, cada vez maiores, da riqueza nacional e do poder dos Estados Unidos com relação à poupança, ao capital e ao crédito de investidores estrangeiros.

Neste tom, a hegemonia dos Estados Unidos, afetada em 1970–1980, mas impulsionada com o *New Deal*, fomentou uma das maiores expansões da história capitalista, pautada, de certa forma, em lições smithianas. A saída para a retomada norte-americana (*belle époque*) se deveu, segundo Arrighi, ao keynesianismo militar e social em escala mundial. Para explicar esta postura, o Autor recorda o fenômeno da «financeirização» da economia não financeira, trajetória análoga à do capital britânico um século antes, que também se valeu da financeirização para reagir à intensificação da concorrência industrial. Este fenômeno oportunizou aos Estados Unidos a possibilidade de derrotar a União Soviética na Guerra Fria e domar o Sul. As políticas de Washington durante a Guerra Fria intensificaram a concorrência entre os capitalistas, ao facilitarem a atualização e a expansão da produção japonesa e da Europa ocidental, e fortaleceram o papel social da mão de obra, pelo incentivo à busca do pleno emprego e ao consumo em massa. Entretanto, talvez já admitindo outro colapso, relembra Arrighi a intrigante frase do periódico *De Borger* (final da *belle époque* do capitalismo holandês –1778): «será a última vez e depois de mim o dilúvio» para encontrar uma linha de convergência entre as expansões financeiras e *belles époques* do capitalismo histórico e indicar que a principal diferença entre elas é, potencialmente, a maior repercussão devastadora que o declínio de um Estado hegemônico gera.

² Pp. 127–128.

Na terceira parte, *A hegemonia desvendada*, o Autor se dedica a examinar a atuação dos Estados Unidos no palco global, no período em que desempenha seu papel de Estado mais poderoso do mundo sem as restrições de outras grandes potências. Arrighi examina, prefacialmente, o duplo fracasso da guerra no Iraque, que tem conexão com a denominada «síndrome do Vietnã». O insucesso na Guerra do Vietnã foi, por certo, o principal propulsor para as «guerras por procuração» que travaram os estadunidenses (Nicarágua, Camboja, Angola, Afeganistão, apoio ao Iraque na guerra contra o *Ira*, Granada, Panamá e Líbia). Opina o Autor que a derrota final da União Soviética não eliminou a «síndrome do Vietnã», pois foi esta baseada na capacidade financeira superior norte-americana e não se deveu à sua força militar. Do mesmo modo, a primeira Guerra do Golfo tampouco remediou a aludida «síndrome», porque Saddam Hussein não foi deposto do poder. O Autor assinala a sensata justificativa econômica para a política belicosa estadunidense ao frisar que a *hegemony* britânica (que também foi chamada de *hegemony*) se diferiu da dominação norte-americana, pois o capital estadunidense enfrentou a deterioração da posição competitiva das empresas ianques especializando-se na intermediação financeira global. Neste sentido, os Estados Unidos não tinham um império territorial (como a Índia foi para a Grã Bretanha) do qual podia extrair recursos financeiros e militares. O poderio militar norte-americano, portanto, seria essencial para a estabilidade política mundial, o que motivou a busca pelo poder e pela centralidade da economia política global.

A *belle époque* norte-americana da década de 1990 teve como base a ideia de que os Estados Unidos tinham a capacidade de serem responsáveis pelas funções globais de mercado de último recurso e de serem a potência político-militar indispensável, além da capacidade e disposição do resto do mundo de fornecer aos Estados Unidos o capital de que necessitavam para suas intenções. As «vitórias» contra o bloco soviético, na primeira Guerra do Golfo, na Guerra da Iugoslávia e a emersão da bolha da nova economia estimularam a relação sinérgica entre poder e riqueza norte-americanos, de um lado, e o fluxo de capital estrangeiro, de outro. Neste contexto, Arrighi aponta que os privilégios de senhoriagem estadunidenses se tornaram a principal fonte de financiamento das guerras que eles eram partícipes, ou autores. O capital estrangeiro, portanto, forneciam bens, serviços e recursos aos Estados Unidos em troca de títulos ianques. Diante desta conjuntura, ao mencionar a desvalorização de 35% do dólar em relação ao euro e 24% diante do iene no fim de 2004, o Autor prevê, mais uma vez, o colapso financeiro mundial de 2008 ao grafar que «Ao que parece, o <maior calote da história> ainda está por acontecer»³.

Arrighi ressalta que somente em 2001 houve o rompimento com a década de 1990, pela reação ao *11 de setembro* e a adoção do Projeto para o Novo

³ P. 208.

Século Norte-Americano. O Autor traça uma semelhança entre este e o «primeiro século norte-americano», que foi reflexo da *pax americana* que teve a intenção de reagir à Grande Depressão (1930) e ao surgimento do fascismo na Europa, unidos ao *Pearl Harbor*. Roosevelt ao exortar os sentimentos ideológicos de nacionalismo, elaborou uma ideia de imperialismo, prometendo ordem, segurança e justiça ao seu povo. Alega que a aventura militar iraquiana ratifica o erro da desastrosa Guerra do Vietnã, é dizer, que o ápice da força ocidental atingiu o seu limite e tendeu a implosão. Neste contexto, a China aparece como nova potência e parecer ser a vencedora da guerra dos Estados Unidos contra o terror. A ocupação do Iraque comprometeu a credibilidade do poderio militar dos Estados Unidos, reduziu incisivamente sua centralidade e sua moeda na economia política global e promoveu a China como alternativa à liderança ianque na Ásia oriental e em outras regiões.

Na última parte, *Linhagens da nova era asiática*, o Autor se empenha em traduzir a «ascensão pacífica» econômica chinesa, centrando sua análise nas condições históricas, sociológica e políticas. A China tinha uma economia de mercado estabelecida, de maneira robusta, nas cadeias de mercados locais, uma população numerosa de pequenos artesãos e mercadores itinerantes, movimentadas ruas comerciais e centros urbanos. Desenvolveram-se grandes organizações comerciais que controlavam redes extensas de intermediários e fornecedores. As melhores oportunidades de desenvolvimento na Ásia oriental se radicavam na orla externa dos Estados do sistema. Este foi o motivo da diáspora ultramarina chinesa, que obteve um lucro exponencial e aprovizionou um fluxo constante de receita para os governos locais e de remessas de valores para as regiões litorâneas da China. A queda do império Zheng e a adoção de uma política introvertida de Qing resultou na desmilitarização dos mercadores chineses e na forte contração do comércio entre os países asiáticos a partir do final do século XVIII. A partir de então, houve abertura para a incorporação da Ásia oriental à estrutura do sistema globalizante voltado para o Reino Unido.

O sistema de relações interestatais da Ásia oriental se caracterizou, portanto, por uma dinâmica econômica de longo prazo, que tem raízes no século XVIII e início do século XIX, (que por sua vez teve como alicerce a formação do mercado nacional dos períodos Ming e Qing), e que primou pela introversão da luta pelo poder e gerou uma combinação de forças políticas e econômicas sem tendência à expansão territorial «interminável». O atrativo para o capital estrangeiro, pois, deve-se a imensa reserva de mão de obra barata e a qualidade desta, em termos de saúde, educação e capacidade de autogerenciamento, combinada à expansão rápida das condições de oferta e demanda para a mobilização produtiva. Discute, neste sentido, a tese de Sugihara de que a densa competição entre os principais atores da Guerra Fria e o resgate do sentimento nacionalista geraram na Ásia oriental uma atmosfera geopolítica propícia para

a conjugação dos caminhos da Revolução Industrial e da Revolução Industriosa para reforçar a irrelevância da analogia que se pode fazer entre a expansão econômica global do sistema ocidental para a compreensão das transformações ocorridas no oriente.

Arrighi opina que a Ásia oriental, portanto, assumiu o papel de *tertius gaudens*⁴ do fim do século xx e início do século XXI, pois na década de 1980 o Japão e os quatro «tigres menores» foram os que triunfaram com a Guerra Fria; e, na Guerra ao Terror, a China está se sobressaindo. A economia chinesa expôs as empresas estatais à concorrência de umas com as outras, com as grandes empresas estrangeiras e com empresas privadas, semiprivadas e comunitárias. O governo chinês, também, investiu na criação das Zonas de Processamento para Exportação, na expansão e modernização da educação superior e em grandes projetos de infraestrutura. Ademais, urge sinalizar que a política chinesa intervéem diretamente para promover a colaboração entre universidades, empresas e bancos estatais no desenvolvimento da informática. O tamanho continental e o excedente populacional permitiram a China aceitar a industrialização voltada para a exportação, induzida em parte pelo investimento estrangeiro, com a vantagem de ter uma economia nacional centrada em si mesma e resguardada pelo idioma, pelos costumes, pelas instituições e pelas redes, aos quais os estrangeiros só tinham acesso por intermediários locais.

Arrighi conclui que o relativo gradualismo com que as reformas econômicas foram realizadas e a ação compensatória com a qual o governo chinês promoveu a expansão do mercado nacional e as novas divisões sociais do trabalho contemplam uma reforma com características smithianas («caminho natural») se opõem às terapias de choque, os governos minimalistas e os mercados autorregulados. Pugna, pois, pela hibridiz fundamental dos dois sistemas «natural» e «antinatural» para sustentar a ideia de Smith de que uma sociedade mundial de mercado baseada em uma maior igualdade entre as civilizações está mais próxima do que nunca.

Concordando ou não com as teses acima descritas, é inegável admitir que, com estas lições, o livro é, definitivamente, imprescindível para entender as relações pretéritas, presentes e futuras da economia global. As ilações do Autor são verdadeiramente atraentes e fazem o leitor refletir sobre suas ponderações, e a repensar a postura interpretativa de encarar as relações entre o ocidente e o oriente.

⁴ *Inter duos litigantes, tertius gaudens.*